

SOBREVIVÊNCIAS DE CIDADES-RUÍNAS PÓS BARRAGEM DE ITAPARICA

Uma montagem urbana

SURVIVORS OF CITIES IN RUIN OF THE ITAPARICA DAM
An urban assembly

Carolina Guida¹ e Ricardo Trevisan²

Resumo

Desde o período colonial até a contemporaneidade, a perenidade do Rio São Francisco em plena região semiárida demarca um motivo primordial para atrair comunidades e consolidar cidades. Após 1970, porém, ao contrário de fundarem cidades, as águas do São Francisco afundaram as mesmas pela construção de usinas hidrelétricas e respectivos represamentos. Com o objetivo de expandir a oferta energética na região e promover o desenvolvimento econômico das áreas vulneráveis no Nordeste, a construção de tais infraestruturas acabaram por inundar inúmeros assentamentos às margens do Velho Chico. Consequentemente, centenas de famílias foram compulsoriamente transferidas para novas cidades, as “cidades barrageiras”. Num ato de resistência ao silenciamento, no presente trabalho serão analisadas as ruínas materiais de três cidades submersas pela ação antrópica, que deram lugar às respectivas “cidades barrageiras” de Petrolândia (PE), Itacuruba (PE) e Rodelas (BA) – realocadas em decorrência da construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica (1988) entre os estados de Pernambuco e Bahia. Mediante o método-montagem benjaminiano e respectivas interpretações, assim como uso de procedimentos de caráter histórico-investigativo e cartográfico, busca-se, à contrapelo, documentar e mapear tais reminiscências e, assim, dar voz a novas formas de pensar e articular a paisagem, resistindo à eminente constante de desaparecimento.

Palavras-chave: paisagens inundadas, cidades barrageiras, Rio São Francisco, ruínas, memória.

Abstract

From the colonial period to the present day, the perenniality of the São Francisco River in the middle of the semi-arid region has been a major reason for attracting communities and consolidating towns. After 1970, however, instead of founding cities, the waters of the São Francisco sank them through the construction of hydroelectric plants and their damming. With the aim of expanding the region's energy supply and promoting

¹ Mestranda da Universidade de Brasília na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (2022-2024). Graduada em Arquitetura e Urbanismo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-UnB) em 2022. Participante do grupo de pesquisa TOPOS - Paisagem, Projeto e Planejamento do Laboratório de Estudos Urbanos (PPP-Labeurbe) da FAU-UnB. Foi bolsista de Iniciação Científica duas vezes: “Cidades Novas de papel: da intenção a não realização” (PIBIC/CNPq, 2018-2019); Às margens do São Francisco: CHESF e suas cidades novas de realocação (FAP-DF, 2020-2021). Recebeu menção honrosa no 25 Congresso de Iniciação Científica pelo artigo “Cidades Novas de papel: da intenção a não realização”.

² Arquiteto e urbanista, formado pela Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo (1998); mestre em Engenharia Urbana pela Universidade Federal de São Carlos (2003); doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (2009), com estágio-doutoral na École d'Architecture Paris-Malaquais (2007-2008) e no Istituto Universitario di Architettura di Venezia (2008), laureado com o Prêmio CAPES de Teses 2010; e pós-doutorados na Columbia University (2014-2015) e na Universidade do Minho (2023-2024). Atualmente é professor associado III no Departamento de Teoria e História da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília e em seu Programa de Pós-Graduação.

the economic development of vulnerable areas in the Northeast, the construction of these infrastructures ended up flooding countless settlements on the banks of the Velho Chico. As a result, hundreds of families were forced to move to new towns, the “barrage towns”. In an act of resistance to silencing, this paper will analyze the material ruins of three towns submerged by anthropic action, which gave way to the respective “barrage towns” of Petrolândia (PE), Itacuruba (PE) and Rodelas (BA) - relocated because of the construction of the Itaparica Hydroelectric Power Plant (1988) between the states of Pernambuco and Bahia. Using the Benjaminian montage method and its respective interpretations, as well as historical-investigative and cartographic procedures, the aim is to document and map these reminiscences and thus give voice to new ways of thinking and articulating the landscape, resisting the eminent constant of disappearance.

Keywords: flooded landscapes, dam cities, São Francisco River; ruins, memory.

Introdução: paisagens afundadas, ruínas fundadas

Ecologicamente, as ruínas oferecem nichos para as espécies: a dupla combinação de abrigo e exposição, encontrada em sua composição destrocada, proporcionam pontos de apoio ideais para ervas daninhas e flores silvestres. Culturalmente, por sua vez, as ruínas oferecem nichos para as narrativas: suas estruturas rompidas e alusões ressonantes a passados desmoronados e a futuros sonhados fornecem pontos de apoio ideais para escritores e artistas, que há séculos são atraídos pelas ruínas como sítios peculiarmente geradores de histórias e de tropos (Macfarlane, 2014, p. 126-127, tradução nossa).

As ruínas se encontram na eminente passagem entre a história humana e a ação da natureza. Há tempos construídas pelos seres humanos, as ruínas são integrantes de paisagens em constante transformação, suscetíveis às ressurgências naturais que irrompem em meio a seus restos arquitetônicos. Plantas, chuvas, ventanias, secas e inundações fazem com que desígnios antrópicos assemelhem-se mais e mais à natureza.

Numa luta incessante cerrada entre os fenômenos naturais e a cultura, as ações da natureza obstruem, paulatinamente, as tentativas humanas de dominação. Por meio das ruínas, portanto, a natureza apresenta-se como um oponente feroz e selvagem que corrompe a produção da cultura (Brizuela, 2012). Mais do que destroços, as ruínas simbolizam, assim, emblemas da contemporaneidade (Brizuela, 2012) que possibilitam contínuas reconfigurações da paisagem, bem como rearranjos de suas respectivas narrativas.

No presente artigo serão analisadas as ruínas arquitetônicas de três cidades submersas pela ação antrópica, que deram lugar às respectivas “cidades barrageiras” de Petrolândia (PE), Itacuruba (PE) e Rodelas (BA) – realocadas em decorrência da construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica (1988) entre os estados de Pernambuco e Bahia. Na reconfiguração dessas três paisagens urbanas – hoje afundadas devido a práticas de origem antropogênica –, resistiram emblemas contemporâneos que possibilitam narrativas alternativas para tais histórias e culturas arruinadas: montagens outras que prospectam novos futuros.

Mediante o método-montagem - proposto por Paola Berenstein, ancorada em seus estudos de Walter Benjamin –, busca-se documentar e mapear tais fragmentos, com atenção aos intervalos (espaciais e temporais) entre tais reminiscências, tendo em vista seus limiares (Jacques; Velloso, 2023). Para isso, o artigo divide-se em cinco

partes: a princípio, em “Limiar: O Rio” e em “Arruinamento: ações do homem contra o homem” é traçado um panorama espaço-temporal do limiar em que se encontram os três fragmentos das paisagens arruinadas; já em um segundo momento, em “Montagens urbanas: leituras possíveis” e “Ruínas: fragmentos de sobrevivências” é realizado o arranjo e caracterização de tais fragmentos; por fim, em “Considerações finais: paisagens antropocênicas, ruínas fantasmáticas” são delineadas possíveis constelações, novas formas de pensar e articular a paisagem, apesar de eminente apagamento.

Limiar: O Rio

- Dize-me também se o rio te comunicou o misterioso fato de que o tempo não existe? [...]
- Acho que te referes ao fato de que o rio se encontra ao mesmo tempo em toda parte, na fonte tanto como na foz, nas cataratas e na balsa, nos estreitos, no mar e na serra, em toda parte, ao mesmo tempo; de que para ele há apenas o presente, mas nenhuma sombra de passado nem de futuro (Hesse, 2003, p. 90).

No rio não existe começo nem fim, senão e tão somente fluxo: trata-se de uma estrutura móvel, viva, polifônica, multidimensional e inconstante. Desafiando a linearidade do tempo, o rio encarna um *limiar*: um espaço intervalar onde coexistem tempos e fragmentos heterogêneos em que “os vestígios, os farrapos, os resíduos, de outros tempos aí sobrevivem” (Jacques; Velloso, 2023, p. 128). Por vezes demarcado como fronteira fixa, limite, partição, separação – entre lugares ou povos – o rio na paisagem, talvez, seja antes diálogo, comunicação, meio. Zonas-*entre* que permitem o trânsito por ambiências distintas e vinculando comunidades, períodos e locais – dando origem, assim, às paisagens urbanas: “a cidade começaria em seus *limiares*, neles se reconciliam o tempo e o espaço” (Jacques; Velloso, 2023, p. 128, destaque pelos autores).

Desde os primórdios de sedentarização humana, a presença dos rios teve papel fulcral na conexão do homem com a natureza (Viollet, 2004). Às margens dos rios, o livre acesso à água³ atraía a permanência e ocupação humanas que, paulatinamente, consolidaram pequenas vilas e, mais tarde, cidades ou até mesmo impérios. A intrínseca ligação das águas à fundação de cidades, ao longo do tempo, delineia uma história urbana que se desenvolve a partir das diferentes formas adotadas de apropriação e gestão das dinâmicas hídricas existentes⁴. Tal percurso urbano, resultante de um espectro de práticas, saberes e projetos relativos à indissociabilidade entre os núcleos urbanos e os corpos d’água, reflete, portanto, ciclos históricos da relação entre o homem e a natureza (Mello, 2008).

3 Tanto para o consumo e higiene, quanto para o desenvolvimento de atividades agrícolas, artesanais e, mais tarde, industriais e energéticas. O acesso à água também era um importante meio de comunicação e transporte, sendo assim um facilitador de práticas comerciais (Baptista; Cardoso, 2013).

4 Como exemplo de dinâmicas hídricas, podemos citar desde obras primárias do VI ao V milênio a.C. – como a construção de complexos sistemas de irrigação que espelharam os esforços iniciais do homem no sentido de controlar e sistematizar, de forma precisa, o acesso à água –, à criação de barragens, ao menos há 5.000 anos, de acordo com ruínas encontradas de reservatórios de água construídos com barreiras de terra, na Índia e Sri Lanka (antigo Ceilão) (Jansen, 1983); às relações precárias estabelecidas durante o século XVIII com a revolução industrial (e, até hoje) – onde os grandes rios foram transformados em fontes de abastecimento para as indústrias e, ao mesmo tempo, receptores de águas residuais altamente contaminadas (Reynoso *et al.*, 2010 *apud* Baptista; Cardoso, 2013, p. 132); ao manejo higienista do século XIX – a partir da construção de sistemas de esgotamento sanitário e drenagem pluvial com o objetivo de regular as enchentes e freiar doenças de veiculação hídrica; entre tantos outros.

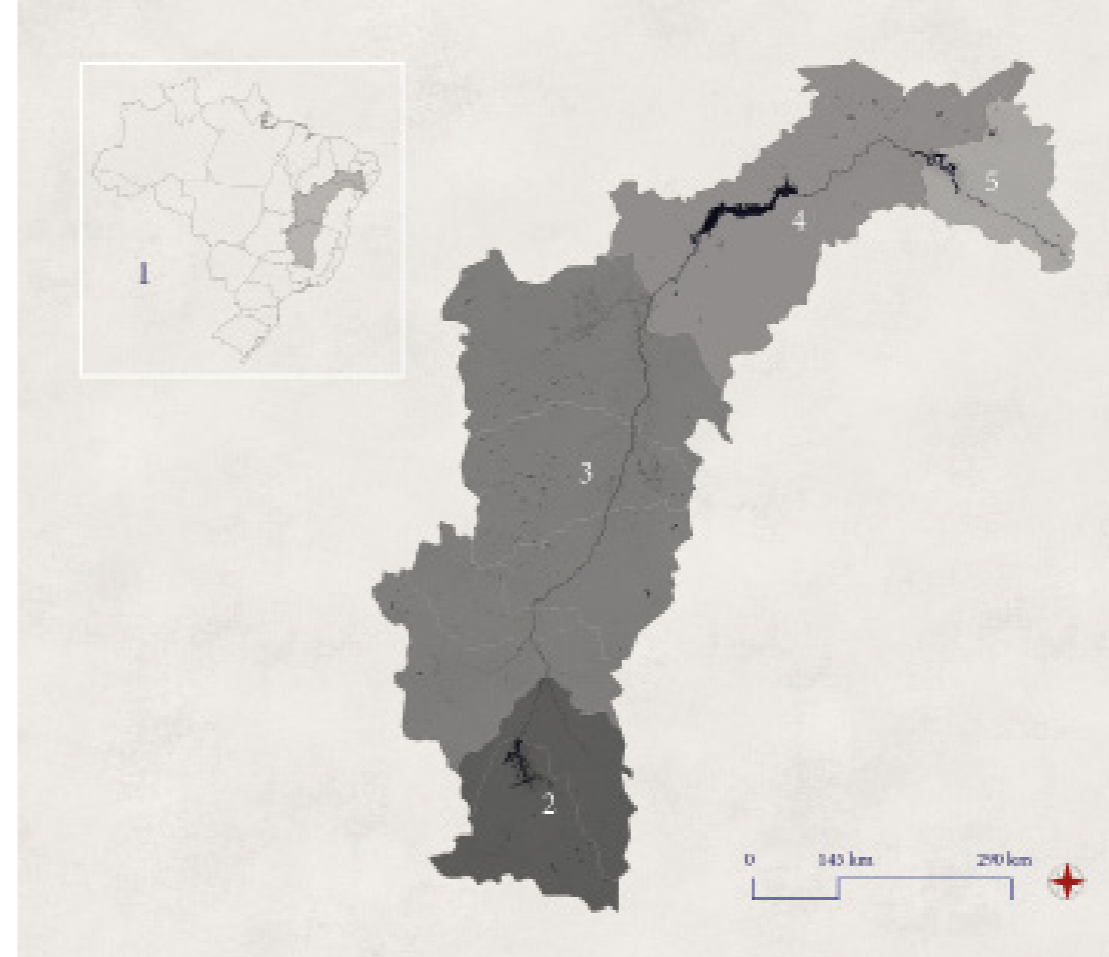


Figura 1 – Regiões fisiográficas da bacia do Rio São Francisco. Legenda: 1 – Localização da Bacia Hidrográfica do São Francisco em relação ao Brasil. 2 – Alto do São Francisco. 3 – Médio do São Francisco. 4 – Submédio do São Francisco. 5 – Baixo do São Francisco. Fonte: autora, 2023.

No caso da trajetória urbana do Brasil, “excluído o mar, caminho de todas as civilizações, o grande caminho da civilização brasileira é o rio São Francisco” (Silva, 1939, p. 67). Há séculos considerado o principal agente responsável pela perpetuação da vida e ocupação de seus territórios adjacentes, o caudaloso Rio São Francisco – considerado “o rio da integração nacional” por programas políticos do século XX – possui 2.863 quilômetros de extensão e banha atualmente as terras de 503 municípios, dispostos em sete unidades federativas: Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Goiás e em uma porção do Distrito Federal.

O Velho Chico estruturou ao longo tempo um tecido urbano que se alarga por todo território nacional e, devido a extensão, a sua bacia hidrográfica foi subdividida em quatro regiões fisiográficas (Figura 1): o Alto São Francisco, onde está localizada a nascente do Rio – a mil e duzentos metros de altitude, na Serra da Canastra – que corre até a cidade delimitadora de Pirapora (MG); o Médio São Francisco, estendendo-se de Pirapora (MG) a Remanso (BA); o Submédio São Francisco, circunscrito às fronteiras de Remanso (BA) e Paulo Afonso (BA) e, por fim, o Baixo São Francisco que, partindo de Paulo Afonso (BA), desemboca na foz do Rio: no Oceano Atlântico. O artigo em questão, concentra-se no *curso urbano* da região que distende do Submédio (4), até a porção à oeste do Baixo do São Francisco (5).

Arruinamento: ações do homem contra o homem

A ocupação inicial do Vale do São Francisco remete há muitos séculos, quando foi, predominantemente, habitado por dezenas de povos indígenas. Após esse período inicial, o desenvolvimento do Submédio e do Baixo do São Francisco, pode ser separado em três períodos principais: 1º. período: da segunda metade século XVI à primeira metade do século XIX, que corresponde ao intervalo histórico de apropriação de tais terras, principalmente, por fazendeiros e estadistas provenientes da Bahia e de Pernambuco; 2º. Período: desde o fim do século XIX até o início do século XX,

sendo marcado pela abertura de estradas de ferro e de rodagem construídas pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca - DNOCS a partir da seca de 1932 e que permitiram uma maior integração e expansão territorial; e, finalmente, 3º. período: após o fim da Segunda Guerra Mundial (1945), o qual determina um momento de desenvolvimento e aplicação do planejamento governamental na região, objetivando a implementação de equipamentos que viabilizassem a produção de energia e a agricultura irrigada, promovendo, assim, a industrialização da região (Andrade, 1982 *apud* Suassuna, 2005).

No segundo e no terceiro períodos, nota-se uma transformação significativa na relação prévia estabelecida entre humanos e a natureza: a paisagem natural da bacia do rio São Francisco deixa de ser um pano de fundo (Costa, 2019) e passa a ser extensivamente domesticada pela ação antrópica⁵ na construção de infraestruturas que alicerçam o mundo contemporâneo, uma “organização tecnológica e mercantil” (Comité Invisible, 2014, p. 84, *apud* Costa, 2019, p. 256). As bases fundamentais, dentro do contexto político-econômico, que viriam a calcar tal reorganização – resultando na construção de usinas hidrelétricas e cidades novas – reportam, inicialmente, à década de 1930. A fim de traçar brevemente um panorama dessas bases, serão recapituladas, inicialmente, as repercussões da crise econômica mundial desencadeada pela Grande Depressão de 1929, reverberadas no Brasil a partir da incorporação de uma política nacional-desenvolvimentista, através da qual o Estado comandado por Getúlio Vargas participou ativamente das ações de planejamento, implicando em sua interferência mais direta na economia. Essas ações de planejamento faziam parte de um projeto de modernização e integração nacional, no qual, por meio da infraestrutura, mão de obra e do desenvolvimento tecnológico, acreditava-se ser possível garantir a transição de uma economia agroexportadora para uma economia industrial.

Diante desse cenário houve a criação de diversas indústrias de base nacionais, sendo a expansão do setor da produção de energia elétrica um elemento crucial para impulsionar e suprir as demandas do processo de industrialização (Corsi, 2000, p. 74). A região Nordeste, contudo, era vista como um entrave à industrialização, pois, além de menos desenvolvida economicamente que o restante do país, sofria longas temporadas de estiagem. Dentro desse contexto, surgiu uma “nova era” de políticas direcionadas a ela, que tinham como fim arrefecer os impactos provocados pela seca, além de proporcionar a expansão de oferta energética no local. Com isso, a União cria uma estrutura institucional própria à causa. Além da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), de 1945, e da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), de 1948 – posteriormente designada Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) em 1974 –, ambas responsáveis pelo planejamento regional, sendo a CHESF também responsável pela execução e implementação das obras planejadas, foram criadas diversas instituições para dar suporte aos planos desenvolvimentistas, como: o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS)⁶, de 1945; o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), de 1952, e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), de 1959, sob o comando do economista Celso Monteiro Furtado. Dessa maneira, em resposta a

5 A ação antrópica atuou de forma mais direta a partir da metade século XX, uma vez que o desenvolvimento econômico provocado pelo pós-guerra possibilitou a emergência de novas tecnologias que impulsionaram as redes de comércio, comunicação e indústrias – levando à crescente demanda e exploração dos recursos naturais disponíveis, culminando na expansão acelerada das cidades e, conseqüentemente, no inchaço da população urbana. Tais ações de origem antropogênica podem ser percebidas nos procedimentos biogeoquímicos da Terra, a ponto de ter introduzido uma nova época geológica no planeta: o Antropoceno (COSTA, 2019).
6 O DNOCS não foi fundado em 1945, visto que conforma a mais antiga instituição federal com ação no Nordeste. Foi inicialmente fundado em 1909 sob o nome de Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) e, no ano de 1919, seu nome foi modificado para Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS). Apenas em 1945, passa a ser alcunhado de DNOCS.



deliberações macroeconômicas (Torres, 2016) e ao apoio de diversas instituições, foi construída uma sequência de hidrelétricas⁷ para a produção de energia na região Nordeste, ao longo do rio São Francisco.

Por um lado, havia a implementação de políticas predatórias e hegemônicas do Estado Novo de Vargas (1937-1945), prosseguida por governos democráticos posteriores, como de Juscelino Kubistchek, até ser encampada pelos militares durante a Ditadura (1964-1985). Para todos eles, o rio São Francisco representava uma fonte de possibilidades econômicas e como tal, devia ser explorado em seu potencial energético visando a um maior desenvolvimento econômico na região. Uma paisagem posteriormente estirada, exaurida e desordenada ambientalmente pelos projetos desenvolvimentistas – empreendidos pela aliança ruinosa entre capital e Estado (Costa, 2019). Por outro, como consequência da lógica capitalocênica, comunidades inteiras⁸ foram impactadas pela construção dos barramentos, levando a um movimento de desocupação dos antigos vilarejos marginais, os quais foram inundados, apagados, destruídos aos olhos da população (Figura 2). Milhares de famílias que foram compulsoriamente transferidas para cidades novas⁹ de realocação ou “cidades barrageiras”.

Montagens urbanas: leituras possíveis

As cidades de realocação compartilham, portanto, o fato de sua antiga sede ter sido submersa e, com ela, toda uma cultura e memória consolidada ao longo do tempo por seus habitantes (Trevisan, 2020). Serão consideradas, no presente trabalho *sobrevivências*¹⁰ (referentes a três antigas cidades (Figura 3) – Petrolândia e Itacuruba

7 Estendem-se pelo Velho Chico nove Usinas Hidrelétricas: o Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso (construído em 1950, conformado por um conjunto de usinas: I,II,III,IV como também a Usina de Apolônio Sales); a UHE de Três Marias (1962); a UHE de Sobradinho (1980); além UHE de Itaparica (1988) e UHE de Xingó (1994).

8 A obra da barragem de Itaparica foi concluída em 1988. O lago da usina inundou, em Pernambuco, os municípios de Petrolândia, Floresta, Itacuruba, Belém do São Francisco e, na Bahia, Glória, Rodelas e Chorrochó. Três desses municípios foram completamente inundados, os quais foram citados acima. A construção dessa Usina foi responsável pelo reassentamento de 10.500 famílias, aproximadamente 45 mil pessoas (Torres, 2016).

9 O conceito de “Cidade Nova”, particularmente desenvolvido por Trevisan (2020), constitui-se de núcleos urbanos: 1) empreendidos pelo desejo do poder público e/ou da iniciativa privada e concretizados em ações específicas; 2) que buscam atender, ao menos de início, a uma ou mais funções dominantes; 3) implantados num sítio previamente escolhido; 4) a partir de um projeto urbanístico; 5) elaborados e/ou desenvolvidos por agente definido – eventualmente profissional habilitado; e 6) em um limite temporal determinado, implicando inclusive um momento de fundação razoavelmente preciso. Esses são seis atributos que definem o DNA de uma cidade nova, utilizados para identificar os exemplares produzidos ao longo dos tempos.

10 O conceito de “Cidade Nova”, particularmente desenvolvido por Trevisan (2020), constitui-se de núcleos urbanos: 1) empreendidos pelo desejo do poder público e/ou da iniciativa privada e concretizados em ações específicas; 2) que buscam atender, ao menos de início, a uma ou mais funções dominantes; 3) implantados num sítio previamente escolhido; 4) a partir de um projeto urbanístico; 5) elaborados e/ou desenvolvidos por agente definido – eventualmente profissional habilitado; e 6) em um limite temporal determinado, implicando inclusive um momento de fundação razoavelmente preciso. Esses são seis

Figura 2 – Logo antes de serem alagadas, as cidades originais foram destruídas, quebradas e destroçadas aos olhos da população. Fotos ilustrativas da antiga cidade de Itacuruba. Fonte: FIGUEIREDO, 2011.

Figura 3 – Implantação das antigas cidades inundadas e suas respectivas sobrevivências, assim como das cidades barrageiras realocadas. Legenda: 1 (em azul) – Cidade nova de Rodelas. 2 (em azul) – Cidade nova de Itacuruba. 3 (em azul) – Cidade nova de Petrolândia. 4 (em azul) – Usina Hidrelétrica de Itaparica. 1 (em branco) – Antiga cidade inundada de Rodelas. 2 (em branco) – Antiga cidade inundada de Itacuruba. 3 (em branco) – Antiga cidade inundada de Petrolândia. 1 (em vermelho) – Caixa d'água da antiga cidade de Rodelas. 2 (em vermelho) – Observatório do CEA (Centro de Estudos Astronômicos) e Observatório Astronômico do Sertão de Itaparica (OASI). 3.1 (em vermelho) – Igreja Sagrado Coração de Jesus. 3.2 (em vermelho) – Estrada que dava acesso à antiga Petrolândia. Fonte: autora, 2023.



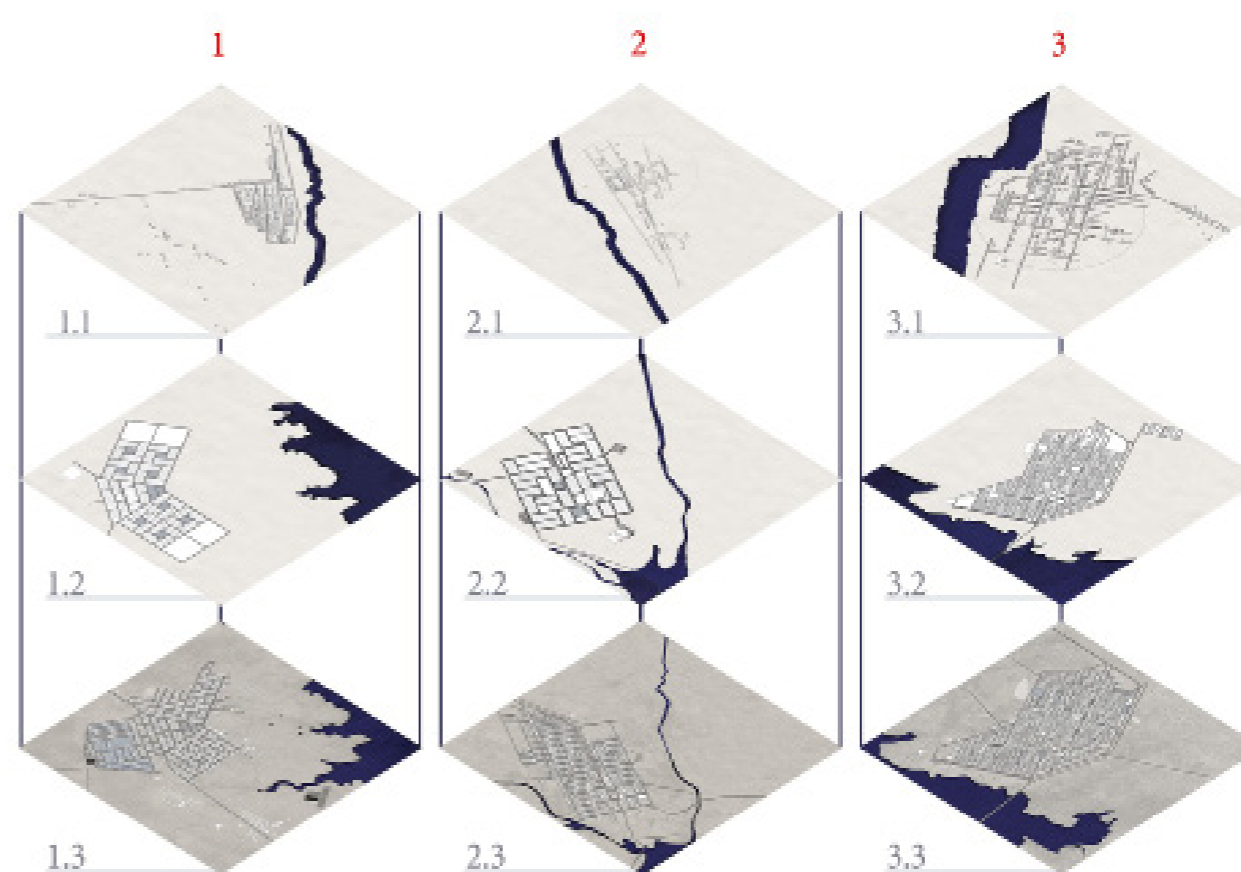
(em Pernambuco) e Rodelas (na Bahia) – submersas em decorrência da construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica¹¹ (ou Usina Luiz Gonzaga).

Na confluência de fragmentos reminiscentes das cidades-palimpsesto¹² (Figura 4 e 5) de Rodelas, Itacuruba e Petrolândia, perscruta-se “um choque, um rasgar de véu, uma irrupção ou aparição do tempo” (Didi-Huberman, 2015, p. 26). Resgatar, por entre as camadas mnésicas desta tríade de cidades (a cidade antiga, o projeto da cidade nova e a cidade hoje), aos moldes de Walter Benjamin, *lampejos residuais sobreviventes* ou, ainda, “breves frestas de resistências e potências, poeiras de outros tipos de experiências das e nas cidades, que ainda sobrevivem como fragmentos (rastros mnemônicos [...])” (Jacques; Velloso, 2023, p. 130) (Figura 4) e discretamente infiltram-se na tessitura urbana:

atributos que definem o DNA de uma cidade nova, utilizados para identificar os exemplares produzidos ao longo dos tempos.

11 A abertura das comportas da barragem, em 1988, cobriu uma superfície de aproximadamente oitenta e três mil hectares entre os estados da Bahia e de Pernambuco, inundando os municípios de Glória, Abacaré, Mucururé, Chorrochó e Rodelas, na Bahia; além dos municípios de Floresta, Belém do São Francisco, Petrolândia e Itacuruba, em Pernambuco. A fim de realocar a população dessas áreas atingidas, foram criados planos urbanos para as cidades que foram totalmente alagadas, a serem construídas em outra localidade, incluindo: Petrolândia e Itacuruba (em Pernambuco) assim como Rodelas (na Bahia).

12 A ideia de que a cidade pode ser vista como uma espécie de palimpsesto foi relatada inicialmente por M.R.G. Conzen, em 1962. O autor defende que o desenvolvimento e a formação da cidade ocorreriam de maneira análoga ao processo de sobreposição de camadas, dispostas em um mesmo plano (no caso, terreno), encontradas no palimpsesto. Nas cidades barrageiras estudadas, além do processo natural de acumulação dessas gravações – que geralmente ocorre de forma espontânea e progressiva – as cidades incorporam duas camadas a mais: a esfera simbólica da cidade que fora inundada (aquela que sobrevive apenas na memória dos moradores) e a camada-base, do plano das cidades (esqueleto fundamental que guia a forma e expansão dessas cidades).

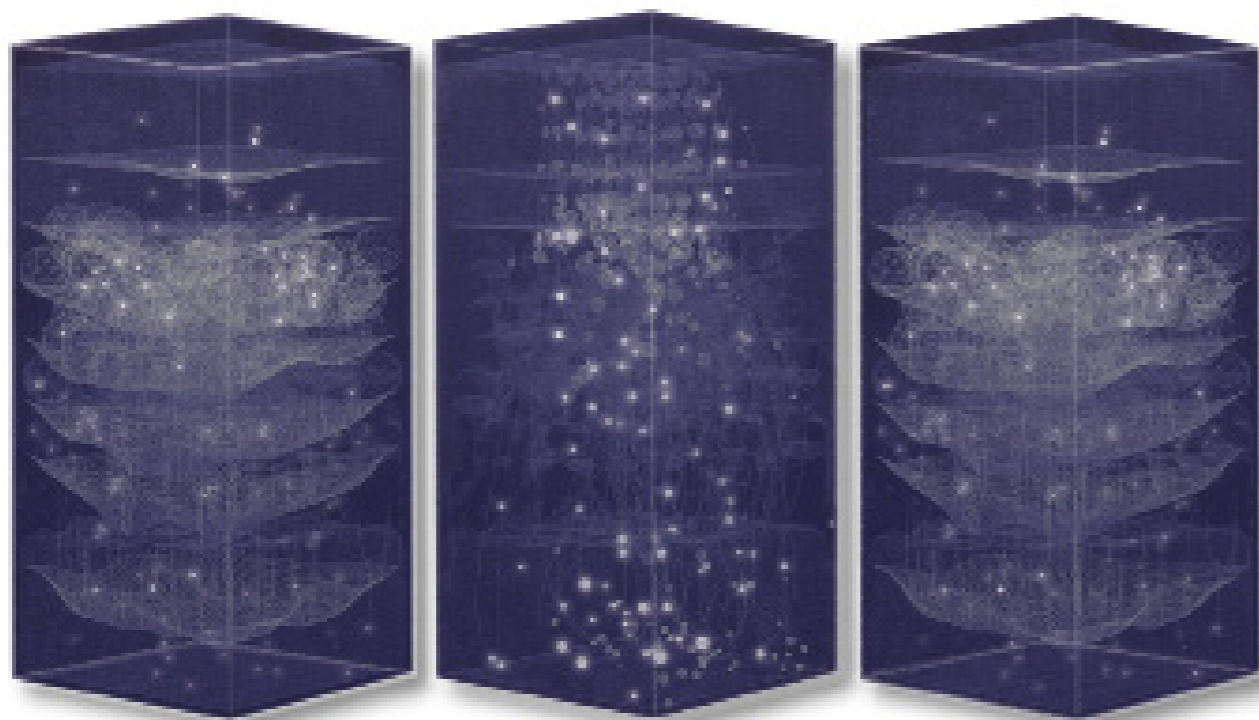


Benjamin exercitou uma aproximação entre o lembrar e a arqueologia em que a memória é uma forma de escavação arqueológica das diferentes camadas ou estratos de tempo coexistentes, em busca de vestígios, reminiscências, restos, para remontá-los e, assim, criar um outro passado [...] [Um processo de] irromper no presente, involuntariamente, memórias ocultas de um “outrora”, que passaram a se reencarnar no seu “agora”. Memórias que se tornaram assim devires outros, outros futuros possíveis, que foram interrompidos no passado, mas que sobreviveram como potência adormecida (Jacques, 2018, p. 25).

Ao “escovar a história à contrapelo” (Benjamin, 1985, p. 225), nesse processo de identificação de “minúsculos rastros de vida (‘sobrevivências’)” (Jacques; Velloso, 2023, p.130,), dos fragmentos escondidos nos limiares e intervalos (no caso, no Velho Chico em múltiplos tempos distintos) da paisagem – aplica-se aqui o método-montagem¹³, que consiste na articulação de múltiplas narrativas heterogêneas e díspares.

13 A montagem como princípio compositivo nos aponta pelo menos três caminhos possíveis e conectados: a escolha e utilização de fragmentos distintos (cacos ou “os farrapos, os resíduos”); a reverência e atenção aos intervalos entre os fragmentos e a sondagem de seus limiares. Dessa forma, a montagem como “método de conhecimento” poderia ser apreendida partindo desses três elementos, vinculados a experiências espaço-temporais: fragmento, intervalo e limiar (Jacques; Velloso, 2023).

Figura 4 – Cidades-palimpsesto. Fonte: autora, 2023. Legenda: 1 – Palimpsesto da cidade de Rodelas. 1.1 – Antiga cidade inundada de Rodelas (fundada em 1962). 1.2 – Plano da cidade realocada de Rodelas. 1.3 – Cidade de Rodelas hoje. 2 – Palimpsesto da cidade de Itacuruba. 2.1 – Antiga cidade inundada de Itacuruba (fundada em 1963). 2.2 – Plano da cidade realocada de Itacuruba. 2.3 – Cidade de Rodelas hoje. 3 – Palimpsesto da cidade de Petrolândia. 3.1 – Antiga cidade inundada de Petrolândia (fundada em 1887). 3.2 – Plano da cidade realocada de Petrolândia. 3.3 – Cidade de Petrolândia hoje.



Ruínas: fragmentos de sobrevivências

Primeiro, desapareceram mesmo os vagalumes? Desapareceram todos? Emitem ainda – mas de onde? – seus maravilhosos sinais intermitentes? Procuram-se ainda em algum lugar [...] apesar de tudo, apesar do todo da máquina, apesar da escuridão da noite, apesar dos projetores ferozes? [...] Para conhecer os vagalumes, é preciso observá-los no presente de sua sobrevivência: é preciso vê-los dançar vivos no meio da noite, ainda que essa noite seja varrida por alguns ferozes projetores. Ainda que por pouco tempo. Ainda que por pouca coisa a ser vista (Didi-Huberman, 2011, p. 45-52).

As obras progressistas “do todo da máquina”, materializadas neste estudo pelas usinas hidrelétricas, possibilitaram a distribuição de luz e energia através de “projetores ferozes”, em locais antes dominados pela escuridão, pela vida pacata sertão adentro. Em eminente apagamento, resquícios materiais das antigas cidades exprimem “o presente de sua sobrevivência” seja ao longo do rio, demarcando onde um dia fora a cidade, ou mesmo nas terras do sertão nordestino remetendo, de forma indireta (ou direta), à antiga cidade. Para ilustrar essa ideia, foi separada uma (ou duas) sobrevivência(s) para cada cidade. Dentre essas, três são ruínas, mapeadas (Figura 3) em referência às suas respectivas cidades antigas: a caixa d’água de Rodelas, uma estrada pavimentada remanescente, que dava acesso à antiga Petrolândia, e a Igreja Sagrado Coração de Jesus, localizada na antiga Barreiras, município da velha Petrolândia.



A Igreja Sagrado Coração de Jesus: Petrolândia (PE)

Logo antes da abertura das comportas da barragem de Luiz Gonzaga (1988) ficou acordado, por parte dos integrantes da CHESF à frente do projeto, que todos os edifícios das antigas cidades deveriam ser demolidos antes de sua inundação, artifício utilizado para apressar a retirada da população (Figueiredo, 2011). Existia, porém, uma ressalva: as igrejas deveriam ser mantidas por motivos religiosos. É o caso da Igreja do Sagrado Coração de Jesus, antigamente localizada na área rural – mais afastada do centro antigo de Petrolândia – alcunhada de Barreiras. Por consequência, como efeito da estiagem aguda na região e a baixa do reservatório, as ruínas da igreja emergem, assim, como uma figura fantasmática de um antepassado longínquo e arruinado:

Uma assombração? É algo ou alguém que volta sempre, sobrevive a tudo, reaparece de tempos em tempos, enuncia uma verdade quanto à origem. [...] Mas que, entretanto, é impossível reconhecer com clareza. [...] (Didi-Huberman, 2002 *apud* Jacques, 2020, p. 51).

Antigamente, na velha Petrolândia existiam duas igrejas: a igreja matriz (hoje submersa, a aproximadamente 20 metros da superfície) – cujas ruínas foram identificadas em 2017 –, e a Igreja do Sagrado Coração de Jesus (Figura 6) (ainda de pé e parcialmente submersa, com sua base a praticamente 10 metros de profundidade): resistente, a 35 anos, ao alagamento provocado pela construção da barragem de Itaparica.

A sua construção teve início em 1940 e sua obra nunca chegou a ser finalizada. A igreja abrigava as festas inseridas na programação cultural da cidade, sendo a mais destacada delas a festa do padroeiro São Francisco, que ocorria em outubro (GOMINHO; CARNEIRO, 2020). Hoje, restam apenas ruínas de sua cobertura em abóbodas de tijolo e cimento aparente que, devido a sua exuberância *assombrosa* e imponente, fez com que a velha Petrolândia fosse denominada de “Atlântida Brasileira”.



A rodovia: Petrolândia (PE)

Contrao-se ao caráter de permanência da Igreja Sagrado Coração de Jesus, a natureza *limiar*¹⁴ incorporada pela rodovia que dava acesso direto à Antiga Petrolândia (Figura 8) intermedia uma transição não entre lugares, mas, principalmente, entre tempos.

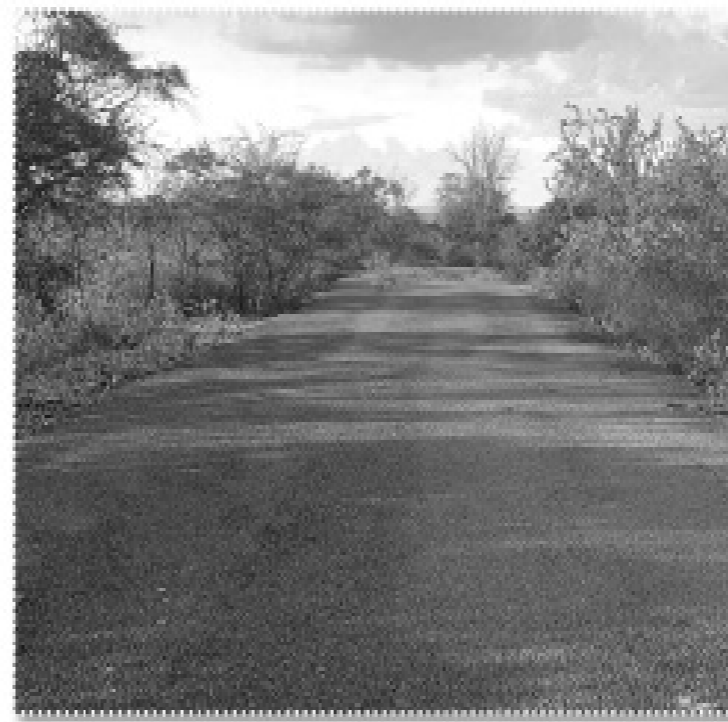
O terreno em que se encontra tal estrada pode ser acessado partindo da cidade Nova Petrolândia e seguindo pela BR-110, por cerca de 17 km, até o sítio conhecido como Brejinho de Fora. Adjacente à via principal dessa vila rural, logo é avistada uma estrada de terra, barrada por um portão amadeirado que, por sua vez, cerceia tais terras privativas. Permitida a entrada¹⁵ na propriedade, dirige-se por aproximadamente 5 km pela estrada de terra até alcançar uma trilha, daí em diante, percorrida a pé. No meio da trilha, próximo ao Serrote do Padre, o percurso até então de terra é interrompido pela rodovia – ainda pavimentada e intacta, com aproximadamente 1 km de extensão – que desemboca no Lago de Itaparica, recobrando o que antes era a velha cidade (Figura 7).

Circundada por cactos e pela caatinga, a rodovia hoje, metaforicamente, parte de um lugar conhecido (presente) rumo a lugar nenhum (passado) (Figura 8). Configurado por um passado interrompido, alagado e perdido, o estrito destino da rodovia – a antiga Petrolândia – está localizado em um outro tempo. A estrada funciona, então, como uma espécie de ponte entre tempos heterogêneos – um espaço anacrônico¹⁶ “aberto e fechado ao mesmo tempo” (Didi-Huberman, 1998, p. 243) – onde “se interpenetram sonho e vigília, utopia e ruína, projeto e rastro” (Jacques; Velloso, 2023, p. 129).

14 Nas palavras de Paola Berenstein (2023, p. 127): “a experiência [...] do limiar é, assim, aquela do atravessamento, do movimento, da transição entre espaços distintos. Limiares são espaços intermediários, que permitem o trânsito entre diferentes ambiências, por vezes antagônicas”.

15 No caso, a população de Brejinho de Fora contactou o proprietário do terreno que, por sua vez, encaminhou seu assistente para guiar a autora (em 2021) pelas terras até que pudesse ser alcançada a antiga rodovia que dava acesso à Petrolândia.

16 Definido como “a intrusão de uma época na outra” (Didi-Huberman, 2015, p.34).



A caixa d’água: Rodelas (BA)

Diferente das duas sobrevivências mencionadas acima, a caixa d’água da antiga cidade de Rodelas (Figura 9) pode ser observada diariamente pelos habitantes do novo núcleo. A visão da caixa d’água foi facilitada em decorrência de dois fatores principais: da topografia e de sua proximidade à sede precedente. Além da cidade nova possuir uma topografia em declive na direção ao Lago de Itaparica, de forma que o seu centro urbano esteja no topo, favorecendo a visão da caixa d’água abaixo; a cidade atual foi implantada contígua a sua antiga sede (Figura 3), o que faz sua reminiscência¹⁷ se encontrar mais próxima e perceptível.

Atualmente, a caixa d’água foi tão somente o que resistiu da cidade anterior. Perante as mudanças irremediáveis impressas na paisagem urbana do local, a imagem da caixa d’água funciona, então, como um ponto de referência, concentrador de arquivos memoriais depositados por cada residente da antiga e da nova cidade. Com isso, apesar dos deslocamentos temporais e espaciais das populações, as lembranças da comunidade, de alguma forma, permanecem: “se a vida é errante, sedentária é a memória e, embora sem cessar deambulemos, nossas lembranças, fixas nos lugares que deixamos, aí continuam sua rotina cotidiana [...]” (Proust, 1995, p. 246).

Nesse sentido, a figura da caixa d’água vincula-se a um novo conceito de imagem benjaminiano, ligado muito mais à memória – a sua imagem mnêmica em construção –, do que à própria fruição contemplativa *stricto sensu* da visão. Essa transição evidente da esfera da visão à da memória restitui à imagem suas faculdades auráticas¹⁸ e

17 Quanto às reminiscências, é interessante notar que, por pouco tempo, sobreviveram na área alagada, também, alguns poucos prédios – entre eles, a Igreja de São João Batista e o sobrado (onde, durante anos, foi consolidada a primeira escola da cidade) – que não puderam ser demolidos a tempo, mas que foram logo consumidas pelas águas do rio.

18 “Aurático, em consequência, seria o objeto cuja aparição desdobra, para além de sua própria visibilidade, o que devemos denominar suas imagens, suas imagens em constelações ou em nuvens, que se impõem a nós como outras tantas figuras associadas, que surgem, se aproximam e se afastam para poetizar, trabalhar, abrir tanto seu aspecto quanto sua significação, para fazer delas uma obra do inconsciente. E essa memória, é claro, está para o tempo linear assim como a visibilidade aurática para

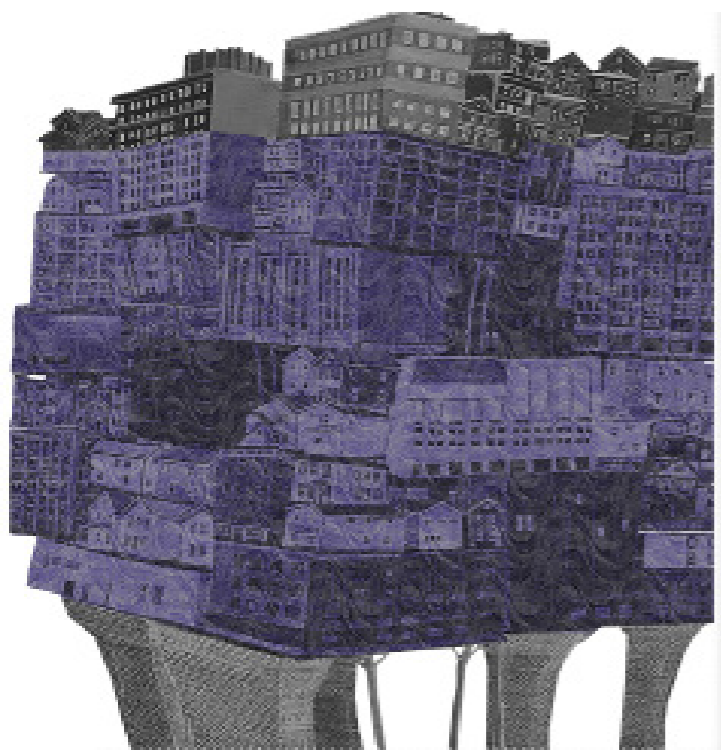


Figura 9 – Caixa d'água remanescente da antiga cidade de Rodelas. Fonte da imagem à esquerda: <amyccaseypainting.com>, adaptada pela autora, 2023. Fonte da imagem à direita: autora, 2021.

proporciona, por conseguinte, a insurgência daquilo que Walter Benjamin denomina de a verdadeira imagem do passado (Gagnebin, 2014) que, na verdade, é uma imagem da memória. Tal imagem, portanto, representa o pretérito não como ele realmente foi, mas como a sua reminiscência é deflagrada e apropriada, no momento presente: “A verdadeira imagem do passado perpassa, veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido” (Benjamin, 1985, p. 224).

No instante da rememoração, portanto, a relação estabelecida entre o passado vivo (a memória) e o presente ativo (o seu reconhecimento) gera uma dialética, pois, “enquanto a relação do presente com o passado é puramente temporal e contínua, a relação do ocorrido com o agora é dialética – não é uma progressão, e sim uma imagem [imóvel] que salta”. (Benjamin, 2006, p. 504). A “imobilidade” dessa imagem que emerge se refere a sua capacidade de abarcar um campo de tensões (que perpassam as esferas da tese e antítese; do sensível e inteligível) de forma que seu movimento não precise se resolver numa síntese final: está suspensa em sua própria ambiguidade (Matos, 1999, p. 56).

Narrativas polifônicas ecoam, lampejos de imagens sobrepõem e dialéticas imprevistas congelam memórias nesse repositório aquático. Um campo de tensões suspenso em sua própria ambiguidade *mimética*¹⁹: uma caixa d'água que resistiu ao represamento das águas do presente, apesar de ser, em si mesma, um equipamento (em uma escala muito menor) de retenção água; entretanto, no caso, remete às águas do passado: o da cidade anterior.

a visibilidade “objetiva”: ou seja, todos os tempos nela serão trançados, feitos e desfeitos, contraditos e superdimensionados” (Didi-Huberman, 2010, p.149).

¹⁹ “Deve-se refletir ainda que nem as forças miméticas nem as coisas miméticas, seu objeto, permaneceram as mesmas no curso do tempo; que com a passagem dos séculos a energia mimética, e com ela o dom da apreensão mimética, abandonou certos espaços, talvez ocupando outros” (Benjamin, 1989, p. 108).

O asteroide: Itacuruba (PE)

Dentre as três cidades abordadas, Itacuruba é a única em que não restaram ruínas em si, mas uma *sobrevivência*: um asteroide. A sete quilômetros da nova cidade de Itacuruba, entre a nova cidade e, mais próximo ainda, do local em que costumava ser a antiga cidade (a cerca de três quilômetros e meio) estão instaladas duas obras: o Observatório do CEA (Centro de Estudos Astronômicos) (Figura 9) – obra incompleta que conforma uma espécie de mirante para uma grande extensão do Rio São Francisco – e o Observatório Astronômico do Sertão de Itaparica (OASI) (Figura 10), obra finalizada que dispõe de um telescópio robótico cuja função é rastrear, monitorar e pesquisar asteroides de órbitas próximas à Terra. Itacuruba foi, conseqüentemente, escolhida como sede de tais equipamentos astronômicos devido aos baixos índices pluviométricos na região, além do fato de as cidades vizinhas terem no máximo 30 mil habitantes e, por conseguinte, emitirem uma baixa interferência luminosa.

Na escuridão do sertão, o Observatório Astronômico do Sertão de Itaparica (OASI), integrante do projeto IMPACTON (Iniciativa de Mapeamento e Pesquisa de Asteroides nas Cercanias da Terra no Observatório Nacional), deu início a sua operacionalização em 2011. No dia 13 de abril de 2017, por sua vez, foi anunciado que o asteroide do cinturão principal 10468, descoberto em 1981 – por coincidência, ano de concepção do novo plano urbano de Itacuruba –, denominar-se-ia de “Itacuruba” em homenagem a própria cidade.

Dessa forma, mesmo que a própria cidade nova deixe de existir (como ocorreu com a cidade antiga), o asteroide Itacuruba permanecerá (quem sabe?) vagando pelo espaço, remetendo simbolicamente tanto à cidade antiga quanto à cidade nova, de mesmo nome. Tendo em vista que *sobrevivência* remete a um elemento que *sobrevive* de um período em outro distinto – ao invés de promover a resistência do passado no presente, a existência desse corpo celeste simboliza a resistência do passado e do presente no futuro. O Observatório, portanto, proporciona a visibilidade de dimensões e corpos ainda pouco explorados – de um “porvir” latente – através dos quais, lampejos e relâmpagos sobreviventes de um “outrora” e do “agora” das cidades de Itacuruba, de repente, ainda podem atravessar. Cidades essas que, saturadas de *imagens mnésicas* e “constelações ricas de Futuro” (Didi-Huberman, 2011, p. 62), são capazes de sobreviver em outras materialidades, nem que essas sejam asteroides errantes e longínquos.

Considerações finais: paisagens antropocênicas, ruínas fantasmáticas

Sempre, diante da imagem, estamos diante do tempo. Como [...] diante do vão de uma porta aberta. [...] Diante dessa imagem, nosso presente pode, de repente, se ver capturado e, ao mesmo tempo, revelado na experiência do olhar. [...] Diante de uma imagem - por mais antiga que seja -, o presente nunca cessa de se reconfigurar [...] Diante de uma imagem [...] o passado nunca cessa de se reconfigurar, visto que essa imagem só se torna pensável numa construção da memória [...] Mas como estarmos à altura de todos os tempos que essa imagem, diante de nós, conjuga em tantos planos? E como dar conta do presente dessa experiência, da memória que ela convocava, do futuro que ela insinuava? (Didi-Huberman, 2015, p. 15-16).



Figura 10 – Da esquerda para direita: Observatório do CEA (Centro de Estudos Astronômicos) e Observatório Astronômico do Sertão de Itaparica (OASI). Fonte da imagem à esquerda: autora, 2021. Fonte da imagem à direita: <gov.br>, adaptada pela autora, 2023.

Diante do rio São Francisco, como diante de uma imagem, estamos perante vários rios – rios do passado (da imagem mnésica) e do presente (do lampejo do agora) que não cessam de se reconfigurar na criação de rio do futuro que se insinua –, um limiar moldado a partir da confluência de múltiplas paisagens (Tsing, 2019) que se unem e se desenvolvem, em contínuos processos de interação entre humanos e não-humanos. Ultimamente, as relações entre o homem e natureza ao longo do Velho Chico vem provocando profundas transformações: rupturas, desintegrações sociais, ruínas e rearranjos ambientais. Sucessivos processos de degradação foram acelerados a partir de 1945, uma vez que ações estatais e institucionais promoveram a geração de energia e o desenvolvimento da agricultura irrigada às margens do rio, por meio de projetos economicamente lucrativos, porém, socio-ambientalmente calamitosos (Costa, 2019). O então “polígono das secas” – com a abertura das comportas das usinas –, transformasse, de uma hora para outra, numa grande “mancha irrigada” de reservatórios. A água avança pela paisagem, inundando o que antes eram solos férteis de terras agricultáveis ruindo, também, as dinâmicas dos ecossistemas aquáticos e, conseqüentemente, das atividades locais da pesca antes realizadas no Rio. Desintegra-se, assim, a força de trabalho das comunidades ribeirinhas – previamente centralizada na agricultura e na pesca (Torres, 2016) – assim como rompe-se com a história, a identidade cultural e as relações prévias estabelecidas entre o homem e natureza, na região. Quanto às relações ambientais, além do rearranjo da fauna e da flora, a construção das usinas hidrelétricas, ao contrário do que se pensa, também corrobora para o agravamento das mudanças climáticas, a partir da emissão nociva do gás metano:

Os reservatórios emitem gás metano, cujo efeito estufa é maior do que o gás carbono. O gás metano é proveniente da decomposição de plantas que surgem quando o nível do reservatório está baixo a ponto de formar um lamaçal. Com a subida do nível d’água elas se decompõem no fundo onde não existe oxigênio. De um modo geral, o *empresariado* desconsidera que as usinas têm alterado a fisionomia dos rios, prejudicando a pesca e a navegação, pois suas operacionalizações, a exemplo do controle de vazões, não estão sendo feitas de forma mais racional para promover a equidade do uso das águas fluviais (Guedes, 2019, p.45).

A criação de usinas hidrelétricas e barragens, sistemas de irrigação e, mais tarde, canais de transposição acoplados ao rio o moldaram e o moldam, promovendo a criação de novas paisagens: as paisagens industriais ou desenvolvimentistas. Tais paisagens refletem severas alterações de origem antropogênica, percebidas nos procedimentos biogeoquímicos da Terra, a ponto de ter introduzido uma nova época geológica no planeta: o Antropoceno (Costa, 2019). O uso rio Velho Chico, então, vive sob repetidas violências reverberadas nessa nova fase, acompanhada de destruições, conflitos e desaparecimentos. Com isso, ao lado do luto por tudo aquilo que se extingue e se transforma, surge a urgência de fazer viver e *sobreviver* o que está em eminente desaparecimento, mas permanece.

Adocumentação e o mapeamento do conjunto de reminiscências das cidades inundadas, vislumbra novas formas compreensão e articulação da paisagem, tendo em vista o desdobramento imagético e aurático de suas múltiplas temporalidades. Fragmentos, intervalos e limiares se conectam nessa montagem lampejante de sobrevivências, conformando constelações:

Ainda que beirando o chão, ainda que emitindo uma luz bem fraca, ainda que se deslocando lentamente, não desenham os vaga-lumes, rigorosamente falando, uma tal constelação? (Didi-Huberman, 2011, p. 60-61, grifos nossos).

De acordo com Benjamin, o conceito de constelação reside na ligação entre os elementos (as estrelas) de um conjunto (linhas invisíveis que traçam um grupamento constelar), relação que se exprime não somente pela contiguidade entre as estrelas, como também pelo sentido adquirido pelo conjunto (Jacques; Velloso, 2023). Cada estrela, lampejo ou sobrevivência das cidades inundadas (a Igreja Sagrado Coração de Jesus, a rodovia; a caixa d’água e o asteroide) delimita um extremo de linha que a liga a outra estrela, localizada em outro extremo singular. Nesse desenho de linhas imaginárias, configura-se uma forma desprovida de centro que permite a eclosão de fragmentos descontínuos, devido ao vazio que os separa. “Constelações ricas de Futuro” (Didi-Huberman, 2011, p. 62) correlacionadas por ressurgências temporais entre frestas e incompletudes de paisagens em ruínas (Tsing, 2019) que apontam para a resistência de refúgios mnésicos, a partir do restabelecimento e reconhecimento dos agenciamentos coletivos:

Essa imagem da constelação de vaga-lumes como a reunião de minúsculos fragmentos de poder em uma unidade maior, como uma cristalização do ato de resistência, fornece-nos, de fato, uma preciosa fórmula para o nosso futuro, ensina-nos um caminho a seguir: tal qual o signo da constelação, nossa sobrevivência é um fenômeno que somente se exprime por meio de um coletivo (Martins, 2020, p. 58).

Referências

- BAPTISTA, Marcio; CARDOSO, Adriana. "Rios e cidades: uma longa e sinuosa história..." In: *Rev. UFMG*. Belo Horizonte, 2013, v. 20, n. 2, p. 124–153.
- BENJAMIN, W. *Passagens*. (Tradução de Irene Aron e Cleonice Paes Barreto Mourão). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política*. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: *Obras Escolhidas*. Vol. I, São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BRIZUELA, Natalia. *Fotografia e Império. Paisagens para um Brasil moderno*. São Paulo: Companhia das Letras; IMS, 2012.
- CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira; CERASOLI, Josianne França. A cidade como história. *História. Questões e Debates*, v. 26, p. 60-101, 2009.
- CORSI, F. L. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: UNESP, 2000.
- COSTA, A.C. *Cosmopolíticas da Terra: modos de existência e resistência no Antropoceno*. Tese (Doutorado em Filosofia), Programa de Pós-Graduação em Filosofia da PUC-Rio, 2019.
- DIDI-HUBERMAN, G. *A imagem sobrevivente: História da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg*. Rio de Janeiro: Contraponto / Museu de Arte do Rio de Janeiro, 2013, 506 páginas, 96 ilustrações. Tradução: Vera Ribeiro.
- DIDI-HUBERMAN, G. *Diante do tempo: história da arte e anacronismo das imagens*. Tradução por Vera Casa Nova, Márcia Arbex. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2015. 328 p.: il. (Humanitas).
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo: Editora 34, 1998.
- DIDI-HUBERMAN, G. *Sobrevivência dos vaga-lumes*. Tradução por Vera Casa Nova e Márcia Arbex. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- FIGUEIREDO, M. S. *Exílio: Pertencimentos e reconhecimentos em populações deslocadas - o caso Itacuruba*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia, UFPE, Recife, 2011.
- GAGNEBIN, J. M. *Limiar, aura e rememoração: ensaios sobre Walter Benjamin*. São Paulo: ed. 34, 2014.
- GOMINHO, K. C.; CARNEIRO, H. Velha Petrolândia: memórias de uma cidade perdida no semiárido pernambucano. *Desenvolvimento e Meio Ambiente, Sistema Eletrônico de Revistas SER/ UFPR*. Edição especial - Sociedade e ambiente no Semiárido: controvérsias e abordagens. v. 55, p. 262-279, dez. 2020.
- GUEDES, Cristiane Montalvão. *E o mar vai virar sertão? navegabilidade e problemas ambientais no Baixo São Francisco*. 2019. 258 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2019.
- HESSE, Hermann. *Sidarta*. Tradução por Herbert Caro. Rio de Janeiro: O Globo, 2003, 88 p.
- JACQUES, Paola; VELLOSO, Rita. *Enigma das cidades: ensaio de epistemologia urbana em Walter Benjamin*. Salvador: Edufba, 2023.
- JACQUES, Paola Berenstein. *Fantasmas modernos: montagem de uma outra herança* v. 1. Salvador : EDUFBA, 2020. 423 p.
- JACQUES, Paola Berenstein. *Montagem de uma outra herança: urbanismo, memória e alteridade*. Tese acadêmica (Defesa para Professor Titular). Salvador: FAUFBA, 2018.
- JANSEN, Robert B. – Dams and public safety. US Department of the Interior. Bureau of Reclamation, 1983.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução por Bernardo Leitão et al. 5ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. 544p.
- MACFARLANE, Robert. "Life in ruins." In: BROWN, William; FABIAN, Andrew (ed.). *Life*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014, p. 124-146.
- MARTINS, Élide Mara Alves Dantas. Constelações de vagalumes: Bruno Schulz e outros insetos fosforescentes no cosmos da palavra poética. 2020. 198 f. Tese (Doutorado em Estudos Literários) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.
- MATE, Reyes. *Meia-noite na história: comentários às teses de Walter Benjamin "Sobre o conceito de história"*. Tradução: Nélio Schneider. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2011.
- MATOS, O. *O iluminismo revolucionário: Benjamin, leitor de Descartes e Kant*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- MELLO, S. S. *Na beira do rio tem uma cidade: urbanidade e valorização dos corpos d'água*. 2008. 348f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- PROUST, M. *O Tempo redescoberto*. Tradução Lúcia Miguel Pereira. Ensaio crítico Olgária Chaim Féres Matos; Leda Tenório da Motta. 12ª ed. rev. por Olgária Chaim Féres Matos. São Paulo: Globo, 1995.
- ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas* [1956]. 19ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- SILVA, Antonio Willamys Fernandes da. *Do Plano da Região ao Traçado Urbano: A experiência de planejamento integrado da Chesf*. Novas Edições Acadêmicas: 24.08.2020. ISBN: 978-620-2-56150-1.
- SILVA, Moacir M. F. Geografia dos transportes no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, ano I, nº. 3, 1939, p. 67.

SUASSUNA, C. C. de A.; PAULETTE, C. Y. R. D. *Dano moral ambiental coletivo em populações atingidas por empreendimentos hidrelétricos: o caso de Petrolândia - PE*. 2005. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Gestão e Políticas Ambientais, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

TORRES, Avani Terezinha Gonçalves. *Os meandros da política hídrica do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco : representatividade, efetividade, e formação de hidroterritórios*. 2016. 356 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2016.

TREVISAN, R. *Cidades novas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020.

TREVISAN, Ricardo; TEIXEIRA, Carolina Guida; VIEIRA, Mariana Verlangueiro; MULLER, Cristina Besen; *Matérias demolidas, memórias resistentes: Narrativas sobre três cidades submersas*. In: *Anais do XVII SHCU, 2022*, Belo Horizonte.

TSING, Anna L. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno*. Thiago Mota Cardoso e Rafael Victorino Devos (org.), Brasília, IEB Mil Folhas, 2019

VIOLLET, Pierre. *História das civilizações antigas*. São Paulo: Globo, 2004.